



CONTRA A PRIVATIZAÇÃO, TRABALHADORES DOS CORREIOS VÃO À GREVE



Em um processo sem debates com a sociedade e embasado em mentiras plantadas pelo Governo Federal, a Câmara dos Deputados aprovou, na tarde do último dia 5, o texto base do Projeto de Lei (PL) 591/21, que trata da privatização dos Correios, em uma votação com 286 votos favoráveis, 173 contrários e 2 abstenções.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos tem 358 anos de serviços fundamentais ao desenvolvimento do Brasil. Atualmente, com o advento do “e-commerce”, que permite a compra e venda pela internet de mercadorias, o interesse de empresários pela sua privatização aumentou. O mercado de logística já trabalha em regime concorrencial, mas a capilaridade dos Correios e os preços que oferece limitam os lucros das concorrentes, avarentas por abocanhar todo o mercado e torná-lo ainda mais lucrativo, mesmo que para isso tenham que fechar agências por todo o país. Serão afetados, principalmente, as micro e pequenas empresas e a população mais pobre, dos municípios mais distantes, que ficarão desassistidas.

A privatização dos Correios representa um forte ataque à soberania nacional, vai gerar desemprego, precarização do serviço postal e aumento dos preços dos serviços. O resultado irá recair sobre o bolso do povo brasileiro, que já padece em meio a uma

pandemia e uma crise econômica, social e política.

Os interesses antipatrióticos do presidente Bolsonaro, que bate continência à bandeira dos Estados Unidos, somam-se aos dos que querem lucrar com a morte do povo brasileiro, em esquemas de corrupção na compra de vacinas.

A sociedade deve ter conhecimento dos reais interesses na venda dos Correios e dos motivos que aceleraram a aprovação do PL 591/2021 na Câmara dos Deputados. Neste sentido, é preciso continuar a luta, utilizando todos os instrumentos possíveis para denunciar e barrar esse retrocesso. Os sindicatos devem organizar as assembleias da categoria para aprovar a Greve e, até lá, organizar ações no Senado, no STF e, principalmente, nas ruas, com panfletagens e muito debate com os trabalhadores.

Os sindicatos de todo o País realizarão suas assembleias para deflagrar a greve nacional dos trabalhadores dos Correios, com início no dia 17 de agosto. Esta luta se somará à Greve Nacional dos Servidores Públicos, no dia 18.

**NÃO A PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS!
FORA BOLSONARO E TODO O SEU
GOVERNO!**



MOBILIZAÇÃO NACIONAL EM DEFESA DO PISO SALARIAL DA ENFERMAGEM



A pandemia da Covid-19 escancarou a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) universal e gratuito para a população brasileira. Porém, as condições de trabalho de grande parte dos profissionais de Saúde Brasil afora, com baixos salários, terceirizações e instabilidade no emprego, que obrigam aos profissionais a ter 2 ou 3 empregos para sobreviver, foram mais agravadas pela pandemia.

Reunidos em Brasília no dia 05/08, profissionais da enfermagem de todo o País pediram a aprovação do Projeto de Lei 2564/2020, que estabelece o Piso Salarial Nacional da categoria. Além de reivindicar direitos e condições dignas de trabalho, eles também denunciaram a violência verbal, física e psicológica que sofrem na linha de frente do atendimento à saúde da população. Mais de 470 profissionais foram vítimas de morte pela COVID 19, segundo dados oficiais.

O dia Nacional de Mobilização chamou a atenção da sociedade e dos parlamentares para a luta que garante o direito à saúde pública de qualidade para todos, que passa pela valorização dos profissionais da enfermagem.

Lutar pela Enfermagem é lutar pelo SUS.

SINDADOS/MG BUSCA JUSTIÇA PARA OBRIGAR PRODEMGE A CUMPRIR ACORDO



A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais, PRODEMGE, começou a descumprir o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de 2020 em dois itens importantes, relacionados à regulamentação do teletrabalho: o custeio de despesas com a retirada de equipamentos tecnológicos e de infraestrutura que o ACT garantiu que a empresa fornecerá aos seus empregados e o pagamento retroativo de ajuda de custo, a título de indenização com internet, de R\$35,00.

A empresa incluiu nos termos aditivos de alteração de contrato de trabalho (pois o teletrabalho passa a ser definitivo), que o custo do transporte dos equipamentos tecnológicos e mobiliário seriam do empregado e, além disto, não pagou a retroatividade dos R\$35,00.

Uma vez que a tentativa de negociação com a empresa não teve sucesso, o SINDADOS/MG buscou a Justiça, que, **através de liminar**, determinou que a empresa é obrigada a custear o transporte de equipamentos e mobiliário sob pena de multa diária de R\$300,00 para o empregado, bem como confirmou o pagamento retroativo dos R\$35,00. A ação terá sua primeira audiência em 16/08/2021.

BARRAR A PEC 32 PARA DEFENDER A EDUCAÇÃO PÚBLICA



O dia 18 de agosto será marcado pela Greve Nacional dos Servidores Públicos contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, chamada de Reforma Administrativa, que tramita na Câmara dos Deputados. A proposta prevê o fim da garantia de estabilidade aos servidores e o aumento da contratação de não concursados. São mudanças que, certamente, criarão perseguições políticas entre os servidores e “cabides de empregos” para indicados dos gestores de ocasião.

O verdadeiro objetivo da PEC é cortar investimentos que deveriam ser destinados às necessidades do povo para pagar juros e amortizações da chamada dívida pública aos banqueiros. Na Educação Pública, a PEC vai aumentar a precarização de contratos de trabalho, a influência do setor privado e, conseqüentemente, a diminuição da liberdade de cátedra.

É preciso fortalecer a luta contra a PEC 32 e contra o conjunto das políticas neoliberais que visam a privatização da Educação e irá destruir a chance de educação de qualidade dos filhos da classe trabalhadora.

Dia 18, todos à greve!